

Anexo ao Balanço de 31 de Dezembro de 2011



8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2011.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com exceção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do ativo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:



Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar diretamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de Dezembro de 2011 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2012, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de Dezembro de 2011. De salientar que no ano de 2012 é aplicada a suspensão do subsídio de férias (bem como do de Natal) para remunerações base mensais superiores a 1.100€, sendo que para remunerações base mensais de valor igual

ou superior a 600,00€ e inferior a 1.100,00€ haverá reduções progressivas e proporcionais às mesmas, pelo que somente as restantes situações foram consideradas no cálculo do direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de Dezembro, foi dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento”, realizadas em 2011, podemos referir que as mesmas dizem respeito ao Cadastro do Sistema de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais e Pluviais do Concelho de Albufeira.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

8.2.7

Activo bruto

Ano: 2011

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final	Un. €
De bens de domínio público:									
Terrenos e recursos naturais	816.251,84		143.852,69					960.104,53	
Edifícios									
Outras construções e infra-estruturas	133.756.388,83		84.175,58				887.980,47	134.728.544,88	
Bens do património histórico, artístico e cultural	254.590,00		14.950,00					269.540,00	
Outros bens de domínio público	3.935.015,26		122.390,58				71.654,05	4.129.059,89	
Imobilizações em curso	30.357.163,07		2.684.863,57				-959.634,52	32.082.392,12	
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94	0,00	0,00					9.566,94	
	169.128.975,94	3.050.232,42	3.050.232,42				0,00	172.179.208,36	
De imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	498.167,19		20.855,25					519.022,44	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	906.588,30		137.063,43					1.043.651,73	
Propriedade industrial e outros direitos	1.211.548,76		3.271,65					1.214.820,41	
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	2.616.304,25		161.190,33				0,00	2.777.494,58	
De imobilizações corpóreas:									
Terrenos e recursos naturais	3.038.378,56							3.038.378,56	
Edifícios e outras construções	66.570.657,41		502.331,91				22.472,42	67.095.461,74	
Equipamento básico	11.901.286,45		549.388,88			9.318,07		12.441.357,26	
Equipamento de transporte	3.785.482,91		65.841,91			4.913,15		3.846.411,67	
Ferramentas e utensílios	230.230,63		1.015,06					231.245,69	
Equipamento administrativo	8.663.882,93		224.571,55			25.802,32		8.862.652,16	
Taras e vasilhame									
Outras imobilizações corpóreas	2.269.735,28		1.614,75			722,76		2.270.627,27	
Imobilizações em curso	20.167.501,43		4.846.055,54				-22.472,42	24.991.084,55	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	116.627.155,60		6.374.319,60			40.756,30	0,00	122.960.718,90	
De investimentos financeiros:									
Parte de capital									
Obrigações e títulos de participação	5.500.251,79							5.500.251,79	
Investimentos em imóveis:									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Outras aplicações financeiras:									
Depósitos em instituições financeiras									
Títulos da dívida pública									
Outros títulos									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	5.500.251,79							5.500.251,79	

8.2.7

Amortizações e provisões

 Ano: 2011

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	80.195.167,59	6.171.528,67	0,00	86.366.696,26
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	712.966,35	168.243,94	0,00	881.210,29
	80.908.133,94	6.339.772,61	0,00	87.247.906,55
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	294.230,14	84.184,67	0,00	378.414,81
Propriedade industrial e outros direitos	545.583,33	78.529,96	0,00	624.113,29
	839.813,47	162.714,63	0,00	1.002.528,10
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	5.276.691,59	994.886,25	0,00	6.271.577,84
Outras Construções	2.994.619,65	313.202,10	0,00	3.307.821,75
Equipamento básico	8.970.952,41	835.534,75	8.527,67	9.797.959,49
Equipamento de transporte	2.536.584,28	252.636,53	4.913,15	2.784.307,66
Ferramentas e utensílios	177.433,09	16.503,98	0,00	193.937,07
Equipamento administrativo	7.502.970,98	515.559,11	25.585,67	7.992.944,42
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.799.275,25	55.724,25	722,76	1.854.276,74
	29.258.527,25	2.984.046,97	39.749,25	32.202.824,97
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela DGF/DCPGP juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de Aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de Amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do ativo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2011, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 2.155.449,69, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 629.361,50.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de Dezembro de 2011 é de € 30.356.069,95.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.

**ENDIVIDAMENTO
EMPRÉSTIMOS**

(De harmonia com o ponto n.º 8.3.6.1 do FOCAL)

Município de Albufeira

Ano: 2011

(Unidade: Euro)

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (G)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			Divida em 1 de Janeiro de 2011	Divida em 31 de Junho de 2011	Observações
							Número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total			
Certo Prazo (b)																			
Total/A transportar																			
	0019/000029587/0019	C.G.D.	30.03.93	17.05.93	25	17	24398	29.04.93	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (1)º	295.353,20	295.353,20	10,500%	18.720,40	1.507,87	20.228,27	145.415,46	126.695,06		
	0018/000026687/0019	C.G.D.	22.04.94	23.05.94	26	15	44045	09.05.94	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (64 fogos) (1)º	716.378,53	716.378,53	7,700%	37.771,51	4.150,28	41.921,79	396.555,72	358.784,21		
	0018/000027667/0019	C.G.D.	31.07.96	28.08.96	15	15	62733	15.10.86	Reparação de prejuizo ao abrigo da linha do crédito do D.L. Nº 47/98 de 15 de Maio (1)º	99.756,56	99.756,56	4,950%	7.104,26	39,00	7.143,26	7.104,26	0,00		
	0018/000028487/0019	C.G.D.	21.06.99	23.07.99	25	12	12325	07.07.99	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17/04 e 22/87 de 09/05 (47 fogos) (1)º	845.789,83	845.789,83	3,05039%	53.720,27	2.463,13	56.183,40	403.817,52	439.888,25		
	9015/000010687/0019	C.G.D./BEI	27.06.01	23.08.01	20	10	2239/01	05.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,00800%	202.525,93	40.367,67	242.893,60	2.248.282,77	2.095.504,75		
	9015/000011884/0019	C.G.D.	29.04.02	21.06.02	20	9	1281/02	12.05.02	Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,20469%	273.932,71	77.758,26	351.690,97	2.427.783,20	2.225.257,36		
	27/002247200.8	B.E.S.	29.04.02	12.06.02	20	9	1282/02	12.06.02	Investimento (N)	6.971.150,00	6.971.150,00	4,25000%	556.242,32	72.150,56	608.392,90	3.550.151,54	3.276.218,83		
Empréstimos Bancários - Médio e Longo Prazos (b)																			
	9015.003526.7.91	C.G.D.	26.06.03	20.08.03	20	8	399/03	07.08.03	Urbanização, no âmbito do Programa - OCA III (DL. 144/02 de 15/07) (1)º	381.430,00	372.470,48	1,85400%	19.120,08	4.698,95	23.819,03	248.561,15	229.441,07		
	9015.003528.3.91	C.G.D.	26.06.03	20.08.03	8	8	402/03	07.08.05	Abastecimento de Água, no âmbito do Programa - OCA III (DL. 144/02 de 15/07) (1)º	29.393,00	24.382,78	1,85400%	3.862,79	55,16	3.917,95	3.862,79	0,00		
	9015.003529.1.91	C.G.D.	26.06.03	20.08.03	10	8	401/03	07.08.06	Abastecimento de Água, no âmbito do Programa - OCA III (DL. 144/02 de 15/07) (1)º	64.000,00	41.279,78	1,85400%	4.896,28	255,65	5.091,93	14.508,62	9.672,54		
	9015/001392/587/0019	C.G.D.	30.09.03	18.09.03	15	8	12748	13.10.03	Investimento (N)	770.000,00	770.000,00	2,85769%	60.303,73	9.005,49	69.309,22	516.283,34	455.979,61		
	9140/000198/387/0019	C.C.D.	30.09.03	08.10.04	15	7	2545/04	24.11.04	Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,57300%	69.196,66	9.807,83	79.004,49	622.500,02	553.333,36		
	203126930001	BPI	30.06.05	13.07.05	15	5	1862/05	26.07.05	Investimento (N)	900.000,00	900.000,00	0,99700%	73.368,01	6.445,82	79.814,73	763.095,88	689.727,97		
	29.020	B.E.S.	05.11.08	04.11.08	20	2	1595/08	21.01.09	Investimento (N)	18.000.000,00	15.432.163,56	4,99598%	643.096,82	216.376,38	859.383,20	14.160.666,76	14.789.156,74		
	203126930003	BPI	30.06.09	23.06.09	15	2	1302/09	14.10.09	Investimento (N)	2.915.905,00	2.156.077,00	2,43000%	2.155.449,69	57.262,57	2.192.712,26	2.156.077,00	2.156.077,00		
Total/A transportar																31.240.022,84	30.335.009,95		
Limite de endividamento																2.676.496,56			

Orgão executivo,
Em _____ de _____ de 2012

Orgão deliberativo,
Em _____ de _____ de 2012

b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
c) Utilizar (1), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.
* Isento do limite de endividamento, conforme o disposto na alínea e) do nº 6 do artigo 24º da Lei 42/98, de 6 de Agosto.

8.2.12. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afectos à extração, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação da DGF/DCPGP referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001 de 26 de Maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 8 de Novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de Fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social da empresa à data de 31 de Dezembro de 2010, era de € 29.825.000,00, sendo € 12.325.000,00 da área de negócio de tratamento de água e € 17.500.000,00 da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada ação é de € 5,00. Em 31 de Dezembro faltava realizar € 594.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de Março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,95% do Capital Social da empresa.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2010, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 563.712.533, o Volume de Negócios é de € 54.631.806, o Capital Próprio é de € 36.753.404 e o Resultado Líquido é de € 5.134.632.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro nº 43 – 3º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de Maio.

O capital social da empresa em 2010 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 ações da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Tendo em atenção que o relatório de 2011 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2010.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2010, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 125.050.138,10, o Capital Próprio é de € 9.712.645,35, o Volume de negócios é de € 17.532.266,59 e o Resultado Líquido é de € 136.014,22.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de Fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 ações nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de Maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e diretivas da mandante de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitetura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as atividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em Dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até Setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de atividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de Dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os acionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos acionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.521,60.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2011 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2010 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objecto social da Sociedade é promover e executar ações relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infraestruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, ações de formação e ações internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objecto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projetos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de ações de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da

região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de ações, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções colectivas de pequena escala, polos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respectivo objecto social, a promoção e execução de projetos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projetos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2010 é de € 279.500,00 €, dividido em ações com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respectivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas ações por aquela desenvolvidas em cumprimento do respectivo objecto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como acionista, mediante a subscrição de 100 ações nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2011 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2010, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.192.461,14, o Volume de Negócios é de € 104.447,18, o Capital Próprio é de € 42.477,13 e o Resultado Líquido é negativo em € 55.190,53.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a € 3.645.339,25.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

CONTAS		Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	914.852,58		146.196,28	542,44	1.060.506,42	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	1.416,86				1.416,86	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	913.435,72		146.196,28	542,44	1.059.089,56	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				306.643,29		306.643,29
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				306.643,29		306.643,29
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		914.852,58	0,00	146.196,28	307.185,73	753.863,13	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	4.327.930,65		3.025.094,19	2.331.176,96	5.021.847,88	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	2.757.270,38		16.417.944,49	16.107.320,31	3.067.894,56	
Total de Recibos para Cobrança		7.085.201,03	0,00	19.443.038,68	18.438.497,27	8.089.742,44	
Total		8.000.053,61	0,00	19.589.234,96	18.745.683,00	8.843.605,57	

De salientar que o movimento credor no valor de 542,44€, registado na conta 09322 – “Prestadas por Fornecedores de Imobilizado”, deve-se a uma correção efectuada em 2011 referente a uma devolução de caução realizada em 2010, que por lapso foi afectada a uma conta de ordem diferente da que tinha sido prestada. Assim, em 2011 procedeu-se ao lançamento a débito, da conta 093220535000137 por contrapartida da conta 093220611008907, de modo a corrigir o movimento referido. Assim, existe uma diferença no valor de € 542,44 em relação ao mapa de fluxos de caixa relativo às contas de ordem, uma vez que esta correção não implicou um fluxo monetário.

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	3.087.024,24	558.315,01	0,00	3.645.339,25
292	Provisões para riscos e encargos	110.171,44	923.549,32	0,00	1.033.720,76
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2010 foi negativo em € 15.394.374,07. Foi aprovado, na prestação de contas de 2010, a transferência da totalidade desse valor para a conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	94.815,11	763.191,42
Compras	6.126.972,65	330.786,00
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	100.141,60	692.938,80
Custos no exercício	6.121.646,16	401.038,62

8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros suportados	629.361,50	484.105,45	781	Juros obtidos	44.390,27	24.557,88
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	2.351.527,06	1.507.497,61
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	259.225,32	222.735,60
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	2.658,77	2.583,73	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	2.023.122,38	1.268.101,91	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Total.....	2.655.142,65	1.754.791,09		Total.....	2.655.142,65	1.754.791,09

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferências de capital concedidas	294.246,78	323.367,78	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	1.007,05	4.037,51	794	Ganhos em imobilizações	62.882,33	32.047,73
695	Multas e Penalidades	211.456,77	50.575,35	795	Benefícios de penalidades contratuais	385.163,69	348.963,12
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	115.913,25	131.701,74	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	160.601,54	21.862,19
698	Outros custos e perdas extraordinárias	27.803,20	41.864,59	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.120.393,57	863.288,96
	Resultados extraordinários	2.078.614,08	714.605,03		Total.....	2.729.041,13	1.266.152,00
	Total.....	2.729.041,13	1.266.152,00		Total.....	2.729.041,13	1.266.152,00